

ARGUMENTO

1. A vida na cidade está ruim.

Toda hora o dinheiro vale menos. Todo o dia a feira custa mais. Toda semana o mercado está mais caro. Todo mês a luz tem novo preço. O gás aumenta. A água sobe. O telefone fica mais caro, o ônibus, o trem, o metrô. Custa mais a gasolina. Aumenta o álcool. Sobem os impostos. Crescem os descontos para a Previdência. De seis em seis meses aumenta o aluguel. O salário reajustado cada vez vale menos. Todo mês aumenta o desemprego. A violência aumenta todo dia. Todo dia a vida vale menos. Toda hora chega mais gente na cidade.

2. A vida na cidade está ruim porque a vida no campo está pior.

No sudoeste do Paraná duas mil famílias de agricultores organizaram um Movimento dos Sem Terra e montaram mais de 20 acampamentos ao longo de cem quilômetros de terras improdutivas, reivindicando a desapropriação imediata de cinco grandes propriedades do estado. No Maranhão, latifundiários de Bacabal e Lago da Pedra se reúnem e constituem um fundo para compra de armas para defender suas fazendas da invasão de lavradores sem terra para trabalhar. Na Bahia, em torno do município de Canavieiras, sete posseiros foram mortos por pistoleiros na disputa de uma propriedade de 3.500 hectares. Em Mato Grosso do Sul, diante do retorno dos brasilguaícos, famílias de lavradores brasileiros que foram buscar trabalho no Paraguai, os fazendeiros se armam para defender suas terras. No Acre, onde 10 proprietários detêm três milhões de hectares de terra, são frequentes os conflitos entre seringueiros, posseiros e pistoleiros contratados pelos latifundiários. Em Goiás, os índios apinajés entram em conflitos com os fazendeiros que invadem as suas terras. No Amazonas, os índios atroari reclamam que das 144 áreas indígenas



somente três foram demarcadas e as invasões de posseiros ou de grandes companhias agro-industriais é constante. Em oito estados do Nordeste, demonstra o levantamento da Igreja, mais de quatro mil pessoas morreram de fome entre 1979 e 1983, a maior parte delas na região de Bom Jesus da Lapa, no sertão da Bahia, a 900 quilômetros de Salvador, nas agrovilas construídas para abrigar as famílias desabrigadas com a inundação decorrente da construção da Barragem de Sobradinho. O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição confirma: em cada mil crianças nascidas no Nordeste 380 morrem antes de completar um ano; apenas 40% das crianças chegam aos 17 anos com seu peso normal. A vida no campo está pior. A luta por um pedaço de terra para trabalhar se espalha hoje por todo o Brasil. O sul do Pará e do Maranhão, a Zona da Mata em Pernambuco, a área de Campina Grande na Paraíba, o sul da Bahia, em torno de Canavieiras, o Norte de Minas, a região de Ribeirão Preto em São Paulo, o Sudoeste de Paraná e de Santa Catarina, o Norte de Goiás, o Acre, o Mato Grosso do Sul, são talvez as áreas de maior tensão. Índios sem terra demarcadas, trabalhadores sem salários justos, bóias frias, posseiros, parceiros, invasores de um lado, grandes proprietários de outro. Um conflito que atinge hoje dez milhões de lavradores sem terra para trabalhar, ao lado de 409 milhões de hectares de terras improdutivas. É este povo expulso do campo que vai se refugiar nas cidades, morar nas favelas, aumentar o marginalismo, o sub-emprego.

### 3. Como tudo começou e como pode acabar.

Começar tudo começou com a colonização, com a distribuição de sesmarias que iam do litoral até à nascente dos rios, com a imposição de um trabalho voltado para a monocultura e a exportação para a Europa. Desde então se montou um sistema de concentração de terra nas mãos de poucos proprietários. Em 1946 a Assembléia Nacional Constituinte apresentou como imperativo constitucional promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Depois, só no plano trienal - 1961/1963 - voltou-se a falar da estrutura agrária deficiente como impecilho para a expansão do mercado interno e, conseqüentemente, do processo de industrialização.



Em 1964 duas medidas, a promulgação do Estatuto da Terra e a emenda constitucional que previa o pagamento da indenização devida pela desapropriação de áreas não mais em dinheiro, mas sim em títulos especiais da dívida agrária. Nos últimos 20 anos porém maiores extensões de terra se concentraram na mão de um menor número de proprietários. Em 1967, imóveis com mais de mil hectares ocupavam 46,9% da superfície total dos imóveis rurais do país. Em 1984, imóveis com mais de mil hectares ocupavam 58,3% da superfície total. E a tendência à concentração e ao uso indevido da terra foi acompanhada pelo aumento dos conflitos sociais. O INCRA, fundado em 1971, cadastrava naquele ano 109 conflitos entre proprietários e trabalhadores sem terra com 20 mortos. Em 1984, o número de conflitos subiu para 950 com 180 mortos. Apenas 342 proprietários latifundiários controlavam em 1984 47,5 milhões de hectares, enquanto 2,5 milhões de proprietários minifundistas detinham 42 milhões de hectares. Em consequência, aumentou o exodo do campo para a cidade, diminuiu a qualidade dos sistemas de abastecimentos e preços dos alimentos. Também, durante esses anos desenvolveu-se a organização dos trabalhadores agrícolas em Sindicatos, Federações e na CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

As linhas básicas do Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964, são uma clara indicação de como corrigir esta deformação. Diz o Estatuto que se deve assegurar a todos o acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social. Diz ainda que é preciso promover a gradual extinção do latifúndio e do minifúndio, estabelecendo um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra capaz de promover a justiça social, o bem estar do trabalhador e o progresso econômico do País, e define a Reforma Agrária: "um conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade".

#### 4. Como filmar a cidade e o campo.

Toda a sociedade tem a ver com a questão agrária, este é o ponto de partida.



Trata-se de mostrar a formação dos latifúndios e minifúndios, de documentar os conflitos de agora e de discutir/esclarecer os conceitos e os programas de ação. Mostrar a necessidade de um conjunto de políticas que tornam a reforma agrária um programa de todos, debater/esclarecer o que vem a ser o programa de assentamento do trabalhador rural e os programas complementares e de apoio, que irão garantir a eficácia da transformação da estrutura agrária. Debater/esclarecer as metas que prevêem nos próximos 15 anos, a distribuição de terras a 7 milhões de trabalhadores do campo.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1985

JOSE CARLOS AVELLAR

GERALDO SARNO